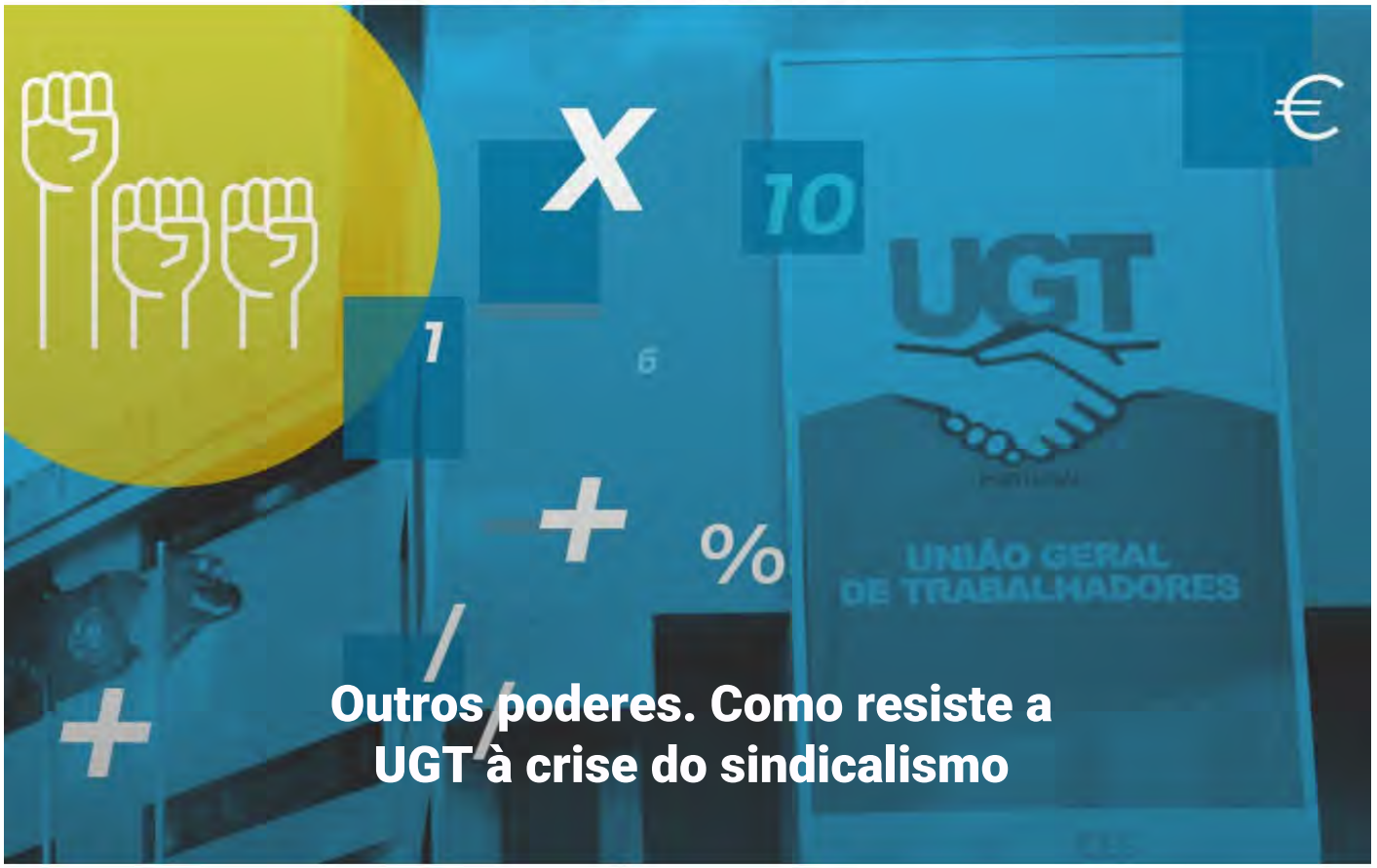
OUVIR RÁDIO OBSERVADOR Assinar
Dark Mode 134kWh poupados com o MEO Energia



Outros poderes. Como resiste a UGT à crise do sindicalismo

Ana Suspiro
Texto

Queda de sindicalizados e pagamento de dívidas do Fundo Social Europeu trouxeram dificuldades financeiras que a UGT teve de gerir. Investigação à central que viabiliza acordos de concertação social.

26 dez 2019, 12:43 6 101

[O Observador publica nas próximas semanas vários capítulos de uma grande investigação sobre organizações com impacto e influência na sociedade portuguesa. Os trabalhos foram realizados com uma bolsa Gulbenkian de investigação jornalística.]

LIFESTYLE
O litoral alentejano de lés a lés
Em família, a dois ou sozinho, pegue no carro, aventure-se pelas praias do Alentejo e deixe-se levar pela magia destes maravilhosos recantos que continuam envoltos de um delicioso e ímpar encanto.
OBSERVADORLAB

Em julho de 2019 foi publicada a fotobiografia dos 40 anos de história da UGT — União Geral de Trabalhadores. Realizado num restaurante de um ex-dirigente da central, o D'Bacalhau, no Parque das Nações, o lançamento contou com o antigo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, bem como com Pedro Mota Soares, ex-ministro do Trabalho e Segurança Social (ver fotogaleria). Não obstante a presença de alguns políticos socialistas, o Governo de António de Costa não esteve representado.

Quanto mais não seja pelas presenças – também estava o antigo secretário-geral da central João Proença –, o evento terá trazido à memória de alguns um dos **momentos mais difíceis da história da UGT.**

Em janeiro de 2012, à beira da maior recessão económica em décadas e com um nível histórico de desemprego, a UGT dá um passo ousado: assina um **acordo com as organizações patronais e o Governo de Passos Coelho.** A reforma laboral responde às exigências dos credores em matéria de flexibilização do mercado laboral e maior facilidade de despedimentos. É considerada por muitos a reforma estrutural mais importante que ficou dos anos da troíka.

Entre as medidas que vieram a mexer no código do trabalho, destacam-se a facilitação de despedimentos por justa causa e por inadaptação ao posto de trabalho, a redução de indemnização por despedimento, a criação do banco de horas, o corte provisórios no pagamento de horas extraordinários e a redução de 4 feriados (entretanto reposta).

João Proença deu a cara num momento duro para a UGT que, mais uma vez, ficou **sozinha na concertação social.** O então secretário-geral da UGT justificou assim a adesão: "Este acordo traduz vantagens para os trabalhadores, face às mudanças incluídas no memorando de entendimento assinado com a troika. (...) Com este acordo, a UGT introduziu melhorias em todas as medidas laborais do memorando". O dirigente histórico da central reconheceu também que "estes dias não têm sido fáceis para a UGT", alvo de muitas críticas por ter facilitado a chamada liberalização dos despedimentos.

A central que nasce e se define em oposição a outra

Este comportamento não é inédito na história da UGT, definida desde o seu nascimento, por oposição à outra grande central sindical, a CGTP, como aliás faz questão de lembrar Carlos Silva em fevereiro de 2019, em entrevista ao Público/Renascença: "O primeiro-ministro parece que se esqueceu que quando é preciso compromissos na concertação social a UGT está presente e a CGTP não está".

A falta de presença sistemática da Intersindical fazem da UGT uma peça fundamental, talvez a mais fundamental da arquitetura da concertação social, porque sem ela não haveria acordos entre patrões e sindicatos com dimensão nacional. Por outro lado, o lugar na **concertação social** funciona também como um seguro para a UGT, cujas finanças têm sofrido com a perda de associados. Estar no Conselho Económico Social dá acesso a financiamentos públicos e benefícios fiscais (pouco aproveitados no caso da UGT). É um lugar assegurado pela lei, sem que exista uma validação regular da representatividade das organizações que têm assento e uma condição que beneficia organizações sindicais, mas também patronais.

A UGT de 1976 até hoje

1976

Movimento Carta Aberta

Cresce a resistência a uma única central sindical. Várias minorias manifestam-se dentro da CGTP e juntam-se em redor do movimento Carta Aberta que reivindica o pluralismo sindical e o "direito à tendência". A Constituição abre a porta à existência de mais do que uma central sindical.

1977

Lei sindical reconhece o princípio da pluralidade sindical.

Em janeiro, a Intersindical promove o congresso "de todos os sindicatos" que afinal marca a cisão definitiva dos sindicatos afectos ao PS e ao PSD que abandonam a central, até então única, para constituir uma alternativa.

1978

Constituição da UGT

Em outubro, no cinema Lumiar é dado o passo decisivo para a constituição da União Geral de Trabalhadores.

1979

Arquivo DN - Fernando Fariñha

Primeiro congresso UGT

Em janeiro realiza-se o primeiro congresso da UGT no Porto onde é eleito Torres Couto como secretário-geral.

1988

UGT convoca greve contra revisão das leis laborais

Com o primeiro governo maioritário de Cavaco Silva, a UGT convoca greve contra a anunciada revisão das leis laborais. A decisão é contestada pelos TSD (trabalhadores social-democratas). Em julho, congresso extraordinário afasta os TSD e Arménio Santos, fundador da UGT, dos órgãos dirigentes.

1989

O caso do Fundo Social Europeu

Rebenta do caso Fundo Social Europeu. Por denúncia da Comissão Europeia, a UGT e seus dirigentes são investigados por suspeitas de fraude na obtenção de fundos para a formação, no valor de 1,8 milhões de euros. O inquérito dá origem à constituição de dezenas de arguidos entre os quais os dirigentes Torres Couto, João Proença e Rui Oliveira e Costa.

1990

Acácio Franco - Lusa

Assinatura do primeiro acordo entre UGT, CIP e CCP

É assinado o primeiro acordo económico e social entre a UGT, CIP e CCP. Considerado um documento fundador da concertação social com orientações macro para política de rendimentos, nomeadamente evolução do salário mínimo, e a contratação coletiva. A CGTP ficou de fora.

1995

José Sena Goulão - Lusa

João Proença substitui Torres Couto

Ainda no rescaldo do caso Fundo Social Europeu, Torres Couto abandona a liderança da UGT, sendo substituído por João Proença.

1997

CGD financia UGT

Sousa Franco autoriza um aval de Estado de 600 mil contos (cerca de 3 milhões de euros) a um financiamento da Caixa Geral de Depósitos à UGT. O empréstimo serve para pagamento de verbas em falta na formação concedida no quadro do Fundo Social Europeu.

2007

Julgamento do caso Fundo Social Europeu

Realiza-se o julgamento do caso Fundo Social Europeu. Todos os arguidos, dirigentes da central sindical, foram ilibados.

2010

Getty

Greve geral contra os programas PEC

Acontece a primeira greve geral apoiada pelas duas centrais sindicais, contra os primeiros programas de austeridade, PEC, de José Sócrates.

2011

Nova greve geral contra cortes aos trabalhadores estatais

Nova greve geral apoiada pelas duas centrais, desta vez contra as medidas de corte nos rendimentos dos trabalhadores do Estado, já com a troika e Passos Coelho na liderança do Governo.

2012

Mário Cruz - Lusa

UGT viabiliza acordo polémico

UGT assina acordo histórico e polémico na concertação social que viabiliza várias medidas de reforma da legislação laboral, indo de encontro, parcialmente às exigências da Troika, ainda que não totalmente.

2013

Carlos Silva substitui João Proença

O dirigente que assinou este acordo, João Proença, abandona o cargo em abril, sendo substituído por Carlos Silva que vem do Sindicato dos Bancários.

Novembro de 2013

UGT negoceia pagamento faseado com a Caixa

Tribunal Constitucional declara ilegal aval à UGT que é assim forçada a negociar uma solução de pagamento faseado com a Caixa.

2016

UGT inaugura nova sede

É inaugurada a nova sede da UGT na Ameixoeira com presença a do Presidente da República e do ministro do Trabalho e Segurança Social, Viera da Silva.

Janeiro de 2017

UGT desbloqueia aumento do salário mínimo

A UGT volta a viabilizar um acordo na concertação social para desbloquear o aumento do salário mínimo para 557 euros. Em troca, as empresas beneficiariam de uma descida pontual da TSU em 1,25%. Mas a geringonça avaria com uma coligação negativa que junta a direita à esquerda, deixando o Governo sozinho. Carlos Santos ainda apela a Passos Coelho que repense o chumbo mas sem resultado.

Março de 2017

Manuel de Almeida - Lusa

Reeleição de Carlos Silva

Carlos Silva é reeleito secretário-geral da UGT com 84,27% dos votos. Lucinda Damásio é reeleita presidente da UGT com 79,15%.

2019

Lançamento de fotobiografia

Em Junho a UGT lança fotobiografia num restaurante de um associado na Parque Expo. Entre os convidados estão Pedro Passos Coelho, Pedro Mota Soares, ex-ministro do Trabalho e Segurança Social, e Hélder Rosalino, ex-secretário de Estado da Administração Pública.

Fonte: Site UGT

O Fundo Social Europeu, as mudanças de sede e o conflito com a autarquia sobre o IMI

Pode-se dizer que na história da UGT há um antes e um depois do caso do Fundo Social Europeu. Hoje quase esquecida, foi uma novela que fez manchetes nos anos da década de 90. Abalou a credibilidade dos dirigentes históricos da central e deixou uma herança financeira pesada que ainda está a ser digerida.

O processo nasceu de uma queixa da Comissão Europeia que apontava para a **suspeita de fraudes na gestão de fundos comunitários** para a formação no final dos anos de 1980. Para além do caso na justiça, a central sindical viu-se a braços com a necessidade de devolver verbas a Bruxelas, o que a levou a pedir um empréstimo de 600 mil contos (três milhões de euros) à Caixa Geral de Depósitos. **O financiamento teve um aval do Estado**, assinado no Governo de António Guterres em 1996, que deu muita polémica.

Apesar de os principais dirigentes da UGT **terem sido ilibados em julgamento em 2007**, as sequelas financeiras só mais tarde ficaram resolvidas num acordo que pôs fim a anos de conflito com a Comissão Europeia já durante o mandato de Carlos Silva. Foi em 2013, pouco depois de ter chegado ao cargo, que o novo secretário-geral teve de lidar com o problema quando um acórdão do **Tribunal Constitucional declarou ilegal o aval** dado pelo Estado 17 anos antes.

A Caixa, então sob a restrição do programa de assistência, exigiu uma solução. Carlos Silva teve que **negociar com Bruxelas o deve e haver dos dinheiros do Fundo Social Europeu.** A UGT desistiu da pretensão de receber 2,5 milhões de euros em verbas da formação. Bruxelas acabou por devolver 700 mil euros — que ficaram logo na Caixa para reembolsar o financiamento que tinha perdido com a garantia do Estado. A central renegociou o prazo de reembolso do empréstimo de 1,9 milhões de euros através de um plano de pagamentos até **2043.**

O caso contribuiu para alguma fragilidade financeira da central, que foi agravada pela necessidade de

Criativo Amor Romântico Retro Presente...
27 € 676 €

Ducha de metal enema seringa chuveiro...
11 €

Termômetro infravermelho de testa...
9 €

Alta Qualidade de Ouro Che de Aço...
35 € 823 €

Garrafa Barato Viagem Ao Livre...
2 € 8 €

Primavera Camisa de Impressão Floral...

5 € ~~117 €~~

comprar uma sede. Já em 2008, a UGT teve de entregar a sua sede histórica, hipotecada, ao BES, por causa da obrigação de reembolsar o Fundo Social Europeu por verbas para formação profissional. A UGT ainda ocupou esta sede durante alguns anos, pagando um arrendamento, mas o contrato não foi renovado e a central teve de mudar de casa, alugando uma moradia na Av. Gago Coutinho. Mas o proprietário, a empresa pública Estamo, anuncia a intenção de venda do imóvel em condições que a UGT não conseguiria cumprir — o pagamento teria de ser feito em 15 anos.

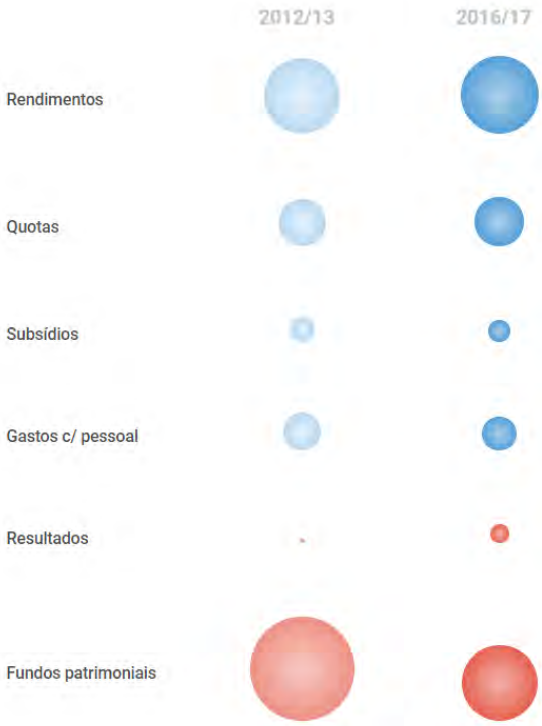
Em 2016, e com recurso à banca, a UGT **adquiriu o edifício do antigo Instituto Superior de Economia** da Lusófona para instalar a sede e as atividades da Cefosap. O imóvel fica na rua Vitorino Nemésio, na Ameixoeira. De acordo com as contas de 2018, o **custo de aquisição foi de 4,276 milhões de euros**, tendo sido financiado com recurso a locação financeira contratada com o **BCP**. No final de 2018 estavam em dívida 3,824 milhões.

Mas a utilização deste instrumento para financiar o negócio acabou por trazer outro problema à central que mantém um conflito com a Câmara de Lisboa sobre o **pagamento de IMI.** A presença na concertação social dá o direito a ter isenção do imposto sobre os imóveis usados na sua atividade, mas a autarquia não reconhece esse direito porque o proprietário nesta operação é o banco. São 20 mil euros por ano que fazem a diferença na saúde financeira da organização.

Como sobrevive uma organização que dá sempre prejuízos

Se fosse uma empresa, a UGT estaria tecnicamente falida, com fundos patrimoniais negativos. As contas anuais mostram um desequilíbrio estrutural entre receitas e despesas que se reflete em resultados negativos em todos os anos analisados (entre 2013 e 2018 só não foi possível ter dados do ano de 2015). E, para além dos episódios já descritos do pagamento a Bruxelas e da compra de uma sede, a UGT teve de lidar com o aumento da dívida por quotas dos sindicatos seus associados durante os anos da crise.

Indicadores
da UGT

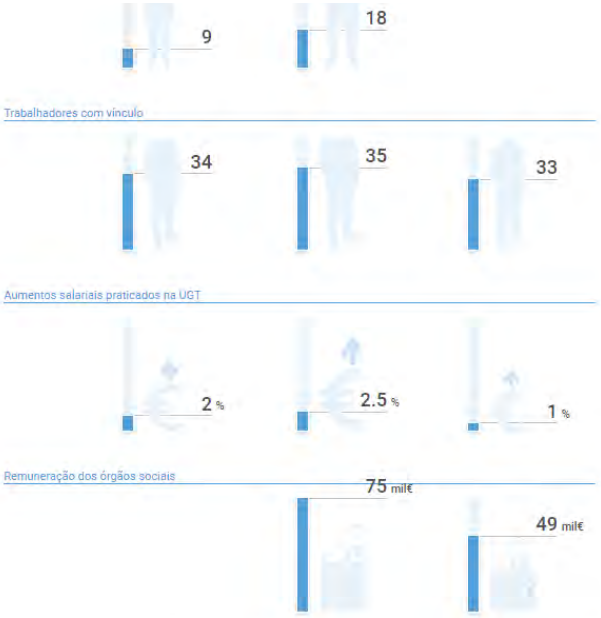


A situação financeira merece uma reserva na certificação de contas de 2018, em que o auditor sinaliza uma "incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade se manter em continuidade". Mas a UGT **não é uma empresa, mas sim uma instituição sem fins lucrativos** que tem encontrado os meios para manter o essencial da sua atividade.

A central fez um esforço de redução dos gastos com pessoal, menos 10% em 2018, que reflete "ajustamentos na política remuneratória e reorganização do organograma". Em termos relativos, os maiores cortes foram nos gastos com órgãos sociais, mas também houve moderação nos aumentos.

A UGT tem pago **aumentos salariais**, com exceção do ano de 2017, em que foi pedida uma quotização extraordinária aos sindicatos para resolver o problema do Fundo Social Europeu. Os aumentos não refletem necessariamente o intervalo defendido pela central sindical para atualizações salariais anuais no Estado e setor privados. São fixados em função das condições financeiras da própria UGT com a preocupação de aumentar mais os salários mais baixos, sublinha uma fonte da central.

Trabalhadores
dirigentes e remunerações



Subscreva a newsletter 360º

Enquanto dormia - o Miguel Pinheiro ou a Filomena Martins preparam para si um guia resumido do que se passa, logo de manhã pelas 9h00, todos os dias úteis.

Subscrever

Apesar da contenção de custos, a central diz que as quotizações têm registado um "decréscimo uniforme por razões óbvias", não obstante uma certa estabilidade conseguida nos anos mais recentes. O relatório de atividades de 2017 sinaliza uma situação financeira mais equilibrada, mas faz a ressalva. "Considerando ainda que os rendimentos fixos não conseguem sustentar as despesas fixas, logo derivando daí um razoável défice mensal, teve esta central de encontrar **fontes de financiamento externas**, principalmente candidatando-se aos diversos programas operacionais, nomeadamente no quadro do QREN e do Portugal 2020, o que possibilitou à UGT algum desafogo financeiro".

No relatório e contas de 2018, a central assume que continua a existir uma "**subsídio dependência**" da atividade que exerce. Como é que a formação e os fundos europeus associados ajuda a equilibrar as contas da central?

A UGT promove várias ações de formação para dirigentes sindicais e associados, para reforçar a capacidade sindical. E isso traz **receitas pela cedência dos espaços** dos próprios sindicatos e uniões sindicais que são pagos. A central também é promotora de cursos de formação para adultos. O acesso a estes fundos contribui para a tesouraria e ajuda a cobrir o tal desequilíbrio entre custos e receitas, ainda que com as verbas recebidas venham também gastos.

Fonte: Site Inspecção Geral das Finças

Site Portugal 2020

Os valores atribuídos à central podem ser consultados no relatório da Inspeção-Geral de Finanças sobre subvenções e na lista dos projetos aprovados pelo Programa Portugal 2020. As somas nem sempre coincidem porque o primeiro dá conta de montantes pagos por entidades públicas e o segundo revela incentivos atribuídos com recurso a fundos comunitários e ao longo de vários anos.

As atividades financiadas são fiscalizadas e auditadas pelas entidades que concedem os apoios financeiros. A UGT não entrega contas ao Tribunal de Contas, nem ao Parlamento, nem ao Governo. O Conselho Económico Social também não recebe as contas dos parceiros sociais, apesar de lhes atribuir as subvenções

anuais previstas na lei. As contas da central sindical são verificadas por um roc (revisor oficial de contas) e pelo conselho fiscal, órgão interno.

Do sindicalismo à formação

A esfera de atuação da UGT vai além do sindicalismo e tem braços importantes na área da formação para adultos e nos cursos profissionais para jovens. As entidades ligadas à central que estão vocacionadas para a formação profissional e para ensino **são que recebem valores mais avultados** de financiamentos públicos.

A Cefosap – Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional resulta de uma parceria com o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) criada em 1996. É um organismo de direito público sem fins lucrativos com autonomia administrativa e financeira e património próprio, mas que é financiada em grande parte pelo IEFP. O presidente e vogal são do IEFP, três vogais são da UGT, um deles é Carlos Silva. A entidade não tem relatórios e contas públicos, mas segundo informação da UGT tem um orçamento anual da ordem dos 3,7 milhões de euros para pagar a formandos e formadores. Os seus cursos têm como destinatários dirigentes e quadros sindicais, trabalhadores filiados e não filiados.

* Verbas atribuídas ao abrigo do Portugal 2020 (inclui fundos comunitários e não corresponde necessariamente a despesa já paga).

Fonte: Portugal 2020

A Cefosap contribui de **várias formas para as receitas da UGT**. Por um lado utiliza o espaço na sede para as suas atividades, pagando uma rede anual de 256 mil euros. Também existem custos da central, nomeadamente a nível de salários, que são assumidos pela Cefosap por causa do tempo e recursos que alguns funcionários da central disponibilizam às atividades da formação.

Os fundos mais avultados têm como destino a **escola profissional Agostinho Roseta**. Criada em 1999, com sede no Parque das Nações, a escola profissional é propriedade da Associação Agostinho Roseta, uma instituição com estatuto de pessoa de direito privado sem fins lucrativos e que foi constituída por 13 organizações sindicais da UGT. A escola tem polos em Lisboa, Sesimbra, Crato, Castelo Branco, Albufeira, Vila Real, Porto e Figueiró dos Vinhos e dá cursos técnico profissionais a mais de mil alunos.

Quem manda na UGT

A UGT está organizada em vários órgãos sociais, dos quais o mais abrangente é o congresso onde são eleitos os restantes dirigentes.

Os dois principais cargos dirigentes, presidente da UGT e da mesa do congresso, e secretário-geral, são eleitos no congresso que se realiza a cada quatro anos. Mas quando se chega à hora de votar, existe já uma grande dose de consenso entre as duas tendências da central, a socialista e a social-democrata. O candidato a secretário-geral tem de ser proposto por pelo menos 20% dos congressistas ou pelo atual responsável do cargo. Os titulares só podem fazer dois mandatos consecutivos, situação que pode ser ultrapassada se o congresso aprovar em maioria qualificada. **A idade máxima é de 70 anos.**

Os órgãos sociais da UGT são pagos com **senhas de presença**, que são mais altas (100 euros) para o secretário-geral. **Carlos Silva é pago pelo Novo Banco**, onde é quadro e está no nível 13 de uma tabela de remunerações com 18 níveis. O secretário-geral e outros dirigentes dedicam-se a tempo inteiro ao cargo porque beneficiam da possibilidade legal da cedência de créditos de horas de outros membros.

▲ Carlos Silva é secretário-geral da UGT desde 2013 e está a fazer um segundo mandato
MÁRIO CRUZ/LUSA

O secretariado nacional é o principal órgão executivo composto por dezenas de dirigentes eleitos no congresso, mas quem efetivamente exerce a gestão diária da central é o secretariado executivo que é eleito no secretariado nacional por proposta do secretário-geral. A estrutura diretiva da UGT tem ainda um presidente, seis vice-presidentes e quatro secretários-gerais adjuntos. E há também um órgão de fiscalização e um conselho disciplinar.

O atual secretário-geral foi reeleito para um segundo mandato em 2017. Carlos Silva sucedeu a João Proença em 2013. Proença, que atualmente é presidente do conselho geral e de supervisão da ADSE, dirigiu a UGT durante quase 20 anos, desde a saída do seu mais famoso dirigente. Torres Couto abandonou o cargo em 1995 na sequência do desgaste causado pelo caso do Fundo Social Europeu.

Quadro do antigo BES, atual Novo Banco, Carlos Silva consolidou a atividade sindical ainda dentro da instituição bancária. Foi presidente do **Sindicato dos Bancários** do Centro entre 2005 e 2015, dois anos depois de ser eleito secretário-geral. Por via do cargo na UGT, é vice-presidente do Conselho Económico e Social e membro dos conselhos de administração da Fundação INATEL e do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

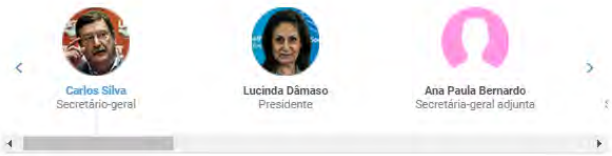
Todos os dirigentes máximos da UGT foram **também dirigentes, e alguns deputados, do Partido Socialista,** mas coexistem com uma tendência social-democrata de peso. Segundo a tradição, os socialistas escolhem o secretário-geral e os sociais-democratas indicam o presidente da central. Carlos Silva esteve nos órgãos do PS, mas não está na comissão política nacional onde têm assento outros membros da cúpula da central.

Subscreva a newsletter Lifestyle

À quinta-feira à noite, a Maria Ramos Silva oferece-lhe uma seleção semanal de artigos para o ajudar a viver melhor e planear o seu fim de semana.

Subscrever

Dirigentes da UGT



- Foi membro da comissão política do PS
- Foi presidente do Sindicato Bancários do Centro
- Membro da concertação social

A ligação partidária não impede que, na atuação à frente da central, surjam **posições críticas** em relação a Governos PS ou alinhamentos pontuais com Governos PSD/CDS, como aconteceu na reforma laboral de 2012. O facto de os partidos que dominam a UGT fazerem parte do arco da governação também marca a trajetória de aproximações e demarcações da única central que faz acordos com o poder político e económico.

As relações entre Carlos Silva e a ala esquerda socialista ficaram tensas depois das declarações feitas antes da formação da **Geringonça em 2015**. O secretário-geral, que apoiou António José Seguro na corrida ao PS, defendeu um entendimento entre socialistas e o PSD/CDS, em vez de um acordo à esquerda. Uma posição incómoda para a central, que se demarcou do seu principal dirigente. Mas a troca de palavras mais dura aconteceu a propósito da **greve cirúrgica dos enfermeiros** no início de 2019, depois de António Costa ter acusado os sindicatos afetos à UGT de "darem cobertura a uma greve selvagem nos blocos operatórios".

"Pela primeira vez, em 40 anos de democracia, **há um primeiro-ministro que ataca a UGT**", afirmou Carlos Silva, acrescentando que é preciso "retirar consequências deste ato inédito e das palavras do primeiro-ministro". Já depois de publicado este trabalho, o dirigente da UGT mostrou-se indisponível para um novo mandato, lamentando a falta de apoio no PS e uma certa indiferença por parte de António Costa que nunca aceitou receber o secretário-geral em audiência. Carlos Silva já não faz parte dos órgãos nacionais do partido e pela primeira vez a central não teve um dos seus dirigentes eleito deputado.

Subscreva a newsletter Hora de Fecho

Receba as principais notícias do dia de Portugal e do Mundo, escolhidas pelo Observador, todos os dias úteis às 17h.

Subscrever

A perda de associados e os sindicatos paraquedistas

Não deixa de ser curioso que um dos pontos de fricção entre dirigentes da UGT e Governo seja uma atuação sindical agressiva e desalinhada das grandes centrais sindicais. Se os novos sindicatos independentes, munidos de fundos de greve e dispostos a lutar até perturbar a ordem social, são um risco para o poder político, serão uma ameaça ainda maior para o sindicalismo tradicional.

A taxa de **sindicalização** em Portugal caiu de 60% em 1976 para **15,3**%. Foi uma das maiores quedas verificadas nos países da OCDE. Esta tendência foi notícia há poucas semanas. O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico sobre a negociação coletiva, divulgado em novembro, mostra ainda que Portugal tem uma das mais baixas taxas de sindicalização na Europa ocidental. Só França e Espanha estão abaixo, de acordo com dados de 2016, os últimos disponíveis para todos os países.

Associados da UGT

	2012/13	2016/17
Associações Sindicais	75	76

Sindicatos	49	49
Federações	5	7
Uniões	20	20
Sindicatos indirectos	17	24
Número total de sindicalizados	478 000	458 000

Fonte: Site UGT

Subscreva a newsletter Desporto

Bruno Roseiro analisa à sexta-feira a semana do Desporto, explica os bastidores dos grandes temas e lança os eventos dos próximos dias.

Subscrever

Mas, ao mesmo tempo, a **percentagem de trabalhadores cobertos por acordos coletivos** está entre as mais elevadas da OCDE, entre os 60% e os 70%. Esta diferença explica-se pela aplicação de portarias de extensão que, por autorização governamental, permitem estender um acordo laboral negociado entre uma ou várias associações empresariais e estruturas sindicais a todo o setor. Em 2012, foi colocado um travão a este mecanismo, limitando as portarias de extensão a acordos feitos por estruturas com grande representatividade no setor. O número de novos acordos caíu de forma expressiva e as regras voltaram a mudar em 2017.

A redução da taxa de sindicalização não se reflete no número de associados diretos da UGT. No entanto, quando olhamos para o número total de trabalhadores sindicalizados — 458 mil em 2016/2017 —, representados pelas organizações filiadas na central já é visível alguma queda. Além da perda de filiados, que é uma tendência mais ou menos universal no sindicalismo, houve fenómenos mais localizados que também afetaram a UGT.

A saída de trabalhadores no **setor financeiro**, sobretudo por via das rescisões, tem sido um golpe nas quotas de associados da UGT. A crise foi especialmente forte neste setor, atingindo o emprego e o nível salarial, com o efeito correspondente nas quotas pagas aos sindicatos que chegam à casa-mãe. E este não é um quadro passível de recuperação, à medida que a **revolução digital vai fechar mais balcões** e mandar mais bancários para casa. Ainda assim, o sindicato dos bancários do sul e ilhas é de longe o maior contribuinte da central, com 40 mil associados. Para manter um nível relevante de adesões, o **SAMS** (sistema de saúde dos bancários) tem sido um trunfo importante.

Setores
dos associados

	2012/13		2016/17	
Financeiro	79000	Delegados em congresso 26.7%	87000	Delegados em congresso 27.4%
Administração Pública, saúde, educação	166000	Delegados em congresso 28.7%	179000	Delegados em congresso 32.4%
Indústria, agricultura, construção, energia	93000	Delegados em congresso 10.3%	96500	Delegados em congresso 10.2%
Comércio, serviços, turismo, comunicações	79000	Delegados em congresso 12%	61500	Delegados em congresso 12.5%
Transportes	33000	Delegados em congresso 11%	34000	Delegados em congresso 10.5%
Quadros	28000	Delegados em congresso 3%		

Fonte: Site UGT

Ao mesmo tempo que se debate com a erosão da base de sindicalizados, a UGT é também confrontada com outros desafios. A central é a casa de um dos sindicatos que mais problemas tem dado ao Governo.

O Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal (Sindepor) foi um dos rostos do protesto laboral que convocou duas greves cirúrgicas de grande impacto e que obrigaram o Executivo a recorrer à requisição civil. Ainda que visto por alguns como testa-de-ferro da Ordem dos Enfermeiros, o Sindepor (ao lado da ASPE, associação sindical criada apenas em 2017), tem dado corpo a um movimento de **reivindicação profissional de grande eficácia** e que usa meios não convencionais como o crowdfunding para compensar os grevistas.

Carlos Silva não estará totalmente confortável com os métodos, mas se apelou ao Sindepor a parar para pensar, também o defendeu de ataques institucionais, bem como aos objetivos do protesto da classe profissional que representa.

"Então quando é necessário reforçar a concertação social e o diálogo fala-se com a UGT e no resto o sr. PM **achava que eu ia deixar cair o Sindepor? Era só o que faltava!** Não deixo cair nenhum sindicato! Não cometeram nenhuma ilegalidade! Podem estar numa atitude menos adequada para a opinião pública,

que pode achar que aquilo que está a fazer é um abuso da greve, um abuso do direito. A minha função não é dar tau-tau a ninguém. É criar um patamar de intervenção pública que reflicta que é a generalidade da opinião na UGT. Fiz os alertas ao presidente do Sindepor, é preciso parar para pensar, o que não significa abdicar das lutas. Eles têm razão".

Subscreva a newsletter Auto

Gosta de automóveis? O Alfredo Lavrador também. E traz-lhe, às quartas-feiras, uma seleção do que de melhor roda por aí.

Subscrever

Avaliação de transparência

Esta investigação à UGT termina com uma avaliação. É ponderado o nível de informação pública e aberta a todos facultada pela instituição, mas também a resposta dada quando contactada por via institucional (gabinetes de comunicação) para responder a um questionário exaustivo, ou, em alternativa fornecer a documentação que pode conter a informação pedida. São avaliados fatores como a disponibilidade inicial para responder, tempos de resposta, envio de documentos, grau de detalhe nos documentos facultados, disponibilidade para dar esclarecimentos adicionais e necessidade de recorrer à liderança das organizações para desbloquear o processo de envio de informação.

Avaliação de TRANSPARÊNCIA 5/7

- ✗ **Informação disponível a todos no site institucional**
  A UGT não disponibiliza publicamente as contas, apenas os relatórios de atividades a cada congresso eletivo onde surgem alguns indicadores não financeiros.
- ✓ **Relatórios e contas e documentos de gestão**
  Enviados dois documentos de prestação de contas, após pedido.
- ✓ **Relatórios de órgão de fiscalização e pareceres sobre contas**
  Acesso aos relatórios para o ano de 2018, após pedido.
- ✓ **Informação financeira nos relatórios e contas**
  Informação tem o essencial, mas não está muito desenvolvida.
- ✓ **Informação sobre dirigentes e estrutura organizativa**
  Sim.
- ✓ **Informação sobre a remuneração dos órgãos sociais**
  Genérica, sem detalhar secretário-geral e outros principais executivos, mas explicada após pedido.
- ± **Disponibilidade e tempo de resposta a perguntas**
  Tempo de resposta foi demorado e primeiros documentos enviados eram relatórios de atividades que podiam ser encontrados na documentação pública dos congressos da UGT. Os documentos de prestação de contas só foram remetidos após intervenção junto do secretário-geral. Mais tarde foram prestados todos os esclarecimentos pedidos.

Subscreva a newsletter Macroscópio

Delicie-se com a análise e seleção dos melhores textos da Internet pelo José Manuel Fernandes, ao final do dia, duas vezes por semana.

Subscrever

Este é o quarto trabalho de uma série de investigações. O próximo artigo será sobre a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP. Já foram publicados trabalhos sobre a Ordem dos Advogados, sobre a Associação Nacional de Farmácias , e sobre a Deco (Associação de Defesa dos Consumidores).

Infografias por We are Singular.

Subscreva a newsletter Startups

A Ana Pimentel conta-lhe tudo sobre empreendedorismo e tecnologia, semanalmente, terça-feira a seguir ao almoço.

Subscrever

Conversas informadas

Traga o Observador para a mesa